

NOTA DO CIMI

A Diretoria do Conselho Indigenista Missionário, CIMI, em reunião ordinária em Brasília, manifesta sua preocupação pelos graves fatos que, ultimamente, estão envolvendo vários grupos indígenas e os próprios missionários.

A FUNAI, com ajuda do Exército, resolveu demarcar o território Tapirapé, MT, porém à revelia dos índios, retirando parte da área tradicional do grupo em favor da Cia. Tapiraguaia.

Os Pareci, MT, até hoje não conseguiram a demarcação de suas terras que, por este motivo, vêm sendo constantemente invadidas por fazendeiros.

A área Kaingang de Mangueirinha, no Paraná, está pendente de apelação no Superior Tribunal de Recurso onde contra eles disputa o grupo Slaviero cobijando a maior reserva de pinheiros do Brasil.

Os Tembé, no Pará, estão vendo sua área drasticamente reduzida pela FUNAI que, para isto, se vale de falsos critérios de indianidade e anda forçando o loteamento por famílias de índios contra a legislação em vigor.

Os Krenak, em MG, pela terceira vez estão ameaçados de despejo de suas próprias terras.

Em consequência disso alastram-se os conflitos por vários pontos do país. O patrimônio da União corre maior risco de alienação. Desrespeita-se a posse indígena garantida pela Constituição e pelo Estatuto do Índio.

Acresce ainda a perseguição desencadeada pela FUNAI contra os missionários, nos Estados do Espírito Santo, Paraíba, Acre, Pará e Território do Amapá, com proibição do exercício de seu trabalho, expulsão da área indígena e até detenção pela Polícia Federal. Ligado a isto vemos a vingança oficial movida recentemente contra posseiros e Sacerdotes na Diocese de Conceição do Araguaia, Pará.

Diante de tais fatos reafirmamos energicamente, com a CNBB, "o direito dos povos indígenas à justa demarcação de suas terras, seu direito a um espaço vital que será base não somente para a sobrevivência, mas para a preservação de sua identidade como grupo humano, como verdadeira nação".

Reafirmamos igualmente o direito dos missionários de atuarem nas áreas indígenas em virtude da missão apostólica da Igreja, em virtude também do direito dos índios à Boa Nova de Libertação.

Nesta hora de crise e perplexidade sócio-político-econômicas, de cruel exploração e de cega repressão, nossa maior esperança se encontra nos próprios índios, na sua sabedoria milenar, na sua atual busca de fraterna união, busca dos instrumentos de organização em vista da sua libertação e autodeterminação, condições de sua sobrevivência em harmonia com toda a sociedade brasileira.

Brasília, 23 de setembro de 1981

A Diretoria do CIMI